



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Execução de PREGÃO ELETRÔNICO, em vista da frustração na aquisição de diversos insumos por meio do PRC n.º 129/24. Logo, será feita a contratação de empresa(s) especializada(s) capaz de fornecer materiais de construção. A fim de fornecer meios para auxiliar nas atividades de manutenção e reparos executados pelas repartições municipais, que visam a melhoria na infraestrutura para a população.

Tabela 01 Tabela Descritiva

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	LACRE PLASTICO NYLON DE SEGURANÇA Lacre plastico de segurança, em nylon, tipo escada, numerado, medida: 16 cm (ponta a ponta). PCT com 200 unidades.	100	PT	47,14	4.714,00
2	ABRACADEIRA DE NYLON 4,8x500 abraçadeira de nylon resistente. medida: 500x 4,8 mm. cor: preta. embalagem com 100 unidades	10	UN	58,10	581,00
3	CAL HIDRATA CH-III cal hidratada ch iii, composta de óxido de cálcio e hidróxido de cálcio. proporciona maior resistência à penetração de água, melhor aderência e durabilidade. utilizada na elaboração de argamassas para assentamento e revestimento. cor: branco. saco não inferior a 20 kg (vinte quilos).	75	SC	32,57	2.442,75
4	FERRO DE 25 MM ferro de 25 mm barra não inferior a 12 metros de comprimento	10	BR	478,65	4.786,50
5	PEDRISCO MISTO Material com diâmetro máximo de 9,5 mm, módulo de finura de 5,23	50	M3	247,01	12.350,50
6	VERGALHÃO DE AÇO 3/8 vergalhão de aço 3/8. barras em aço, com 12 metros de comprimento.	100	UN	94,69	9.469,00
7	CAP PVC ESGOTO 100MM CAP PVC ESGOTO 100MM	200	UN	8,61	1.722,00
8	TELHA DE FIBROCIMENTO 110 CM X 244 CM telha de fibrocimento, na dimensão 110 cm x 244 cm, seguindo as especificações da NBR 15210	500	UN	91,36	45.680,00
9	COTOVELO 75MMM Cotovelo 75mm. Joelho 90° (cotovelo) para esgoto.	40	UN	8,50	340,00
10	ARGAMASSA AC III Argamassa colante tipo AC III, saco de 20 KG. Em conformidade com a NBR 14081, composta de cimentos especiais, quartzo selecionado e aditivos não tóxicos. Porcelanato interno até 80x80 cm; Cerâmicas interno e externo até 80x80 cm. Rendimento mínimo: 4 a 8 kg/m2 podendo variar em função da aplicação. Temperatura de trabalho para aplicação: Do ambiente: 5° a 40°C; Da base: 5° a 27°C. COR: Cinza.	215	SC	46,91	10.085,65
11	VERGALHAO 3/8 - 10MM em aço CA-50 10mm; barra com 12m; nervurado;	300	UN	83,35	25.005,00
12	BLOCO DE CONCRETO 12CM BLOCO DE CONCRETO 12CM	4000	UN	5,22	20.880,00
13	CAIXA D'AGUA DE 500 LITROS	20	UN	496,10	9.922,00





Prefeitura Municipal de Monte Siao
Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Siao/MG. CEP 37580-000
Telefone (35) 3465-4600 – email: nucleocompras@montesiao.mg.gov.br



	Caixa d'agua de 500 litros em polipropileno com tampa rosqueável.				
14	CAIXA D'AGUA DE 1.000 LITROS Caixa d'agua de 1.000 litros em polipropileno com tampa rosqueável.	2	UN	579,01	1.158,02
15	CABO AUTO FLEX 16,00 MM, ROLO 100 METROS Fio Cabo AUTO FLEX 16,00mm, rolo 100 metros.	25	UN	1.476,55	36.913,75
16	CANALETA 10x20x2000-9160 Canaleta Sistema X, com Divisória e Tampa 10x20x2000m - Canaleta 10 x 20. - Comprimento 2,00 m. - Material: termoplástico auto-extinguível. - Com divisória (auxilia na organização dos fios e cabos).	475	UN	11,17	5.305,75
17	DISJUNTOR BIPOLAR 20 Disjuntor Bipolar Din Curva B Potência 20A.	26	PC	53,98	1.403,48
18	DISJUNTOR BIPOLAR 30 AMPERES Corrente nominal ? 30a ? Número de pólos: 2. ? Tensão máxima de isolamento de 380(Vca); ? Fabricado em termofixo resistente a altas temperaturas; ? Temperatura ambiente de 50°C; ? Frequência de 50/60 Hz;	20	PC	53,67	1.073,40
19	INTERRUPTOR 1 TECLA Interruptor 1 tecla simples com Placa, cor Branca.	22	UN	8,82	194,04
20	LAMPADA LED 30W BULBO Lampada LED 30w, Bulbo High Power, bivolt, E27, 6500k, luz branca, 2400 lumens, ângulo de abertura 200°	1850	UN	29,97	55.444,50
21	LAMPADA LED 20W BULBO Lampada LED 20w, Bulbo, Bivolt, E27, 6500k, luz branca, 1600 lumens, ângulo de abertura 200°	1100	UN	25,57	28.127,00
22	LAMPADA ESPIRAL 24W 127V Lampada espiral 24W 127V Luz Branca, base E27	290	UN	45,28	13.131,20
23	REATOR 1X40 BIVOLT reator eletrônico afp 1x40w.	76	PC	43,39	3.297,64
24	TOMADA Conjunto de tomada universal	29	UN	12,65	366,85
25	CABO FLEXIVEL 4MM material condutor: cobre; em rolo de 100 metros.	18	RL	443,66	7.985,88
26	CABO FLEXIVEL 6MM material condutor: cobre; em rolo de 100 metros.	4	RL	877,50	3.510,00
27	FIO PARALELO 2X6,0MM Fio paralelo 2x6,0mm. Branco. Condutor: Cobre. Capa: Composto de PVC, 70°C, 300V, cor branca, flexível e anti chama.	5	MT	40,34	201,70
28	LÂMPADA DE LED DE 20 WHATS	60	UN	14,59	875,40
29	LÂMPADA LED ALTA POTÊNCIA 100W Desenvolvida através de testes que visam performance máxima com tecnologia LED, a Lâmpada de LED Alta Potência 100W é ideal para aplicação interna, em edificações, galpões, residências e mais. A tonalidade de cor de luz Branco Frio confere ao produto nitidez máxima de cores e propagação de luz continua.	10	UN	130,21	1.302,10
30	PAFLON REDONDO BRANCO Paflon redondo branco 100w com bocal de porcelana.	130	UN	10,63	1.381,90





Prefeitura Municipal de Monte Siao
Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Siao/MG. CEP 37580-000
Telefone (35) 3465-4600 – email: nucleocompras@montesiao.mg.gov.br



31	DISJUNTOR BIPOLAR 80A 2 pólos, medidas aprox.: 84x54x78x84mm (A-L-P-C)	14	PC	122,93	1.721,02
32	LAJE PRÉ MOLDADA TRELIÇA 3,80 LAJE PRÉ MOLDADA TRELIÇA 3,80 H8	200	M2	97,51	19.502,00
33	LÂMPADA LED P/ E27 LAMPADA LED 50W - p/E27	7	UN	42,29	296,03
34	BANCADA DE GRANITO PARA PIA OU LAVATRIO BANCADA DE GRANITO PARA PIA OU LAVATÓRIO E 3CM APOIADA EM CONSOLE DE METALÓN - Bancada de granito para pia ou lavatrio e 3cm apoiada em console de metalon 5406145.	3	M2	637,33	1.911,99
35	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA - 074.003.434 VASO SANITÁRIO COM CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA COMPLETO EM LOUCA.	30	UN	975,83	29.274,90
36	LAVATÓRIO/PIA BRANCA LAVATÓRIO LOUCA 29,5 X 39,0CM, PADRÃO POPULAR COM CONJUNTO PARA FIXAÇÃO E COLUNA.	1	UN	323,93	323,93
37	FOLHA DE PORTA 0,80X2,10M PORTA DE MADEIRA (ANGELIM) LISA BRANCO, TAMANHO 2,10M X 0,80M	34	UN	256,12	8.708,08
38	VIDRO CANELADO ESP. 4MM 0,35X0,16M VIDRO CANELADO 4MM	24	M2	309,63	7.431,12
39	TOALHEIRO PLÁSTICO - 074.003.444 PORTA PAPEL TOALHA TOALHEIRO PARA PAPEL INTERFOLHA 2 OU 3 DOBRAS INJETADO COM A FRENTE EM PLÁSTICO ABS BRANCO, COM VISOR FRONTAL PARA CONTROLE DE SUBSTITUICAO DO PAPEL INTERFOLHA E FUNDO EM PLÁSTICO. O SISTEMA DE FECHAMENTO E FEITO ATRAVES DE FECHADURA EM PLÁSTICO ABS, COMO A ABERTURA INDEVIDA DA TAMPA DO SUPORTE, ACOMPANHA CHAVE PLÁSTICA E KIT PARA FIXAÇÃO NA PAREDE COM BUCHAS E PARAFUSOS , TOALHEIRO INJETADO COM A FRENTE EM PLÁSTICO ABS BRANCO.	1	UN	68,26	68,26
40	SABONETEIRA PLÁSTICA C/ SABONETE LÍQUIDO SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATÓRIO 1500ML	1	UN	95,66	95,66
41	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 2,5MM² - 074.003.448 CABO ELÉTRICO, COBRE, FLEXÍVEL, 2,5 MM, VERDE - Cabo elétrico Singelo cobre isol. 750V Flexível 2,5mm² na cor Verde - NBR 6148. Rolo de 100m.	12	RL	308,88	3.706,56
42	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 6,0MM² - 074.003.449 CABO FLEXIVEL 6,00MM AZUL. ROLO DE 100M.	12	RL	675,02	8.100,24
43	CIMENTO CP II CIMENTO CP II - SECAGEM MAIS RÁPIDA. SACO DE 50KG.	600	SC	57,55	34.530,00
44	CAIBRO DE MADEIRA 5x8 Caibro de Madeira Eucalipto 5 cm x 8 cm x 4 metros	504	UN	44,70	22.528,80
45	PORTA DE MADEIRA CAPA LISA 70 Porta de madeira 210X70 cm, núcleo sarrafeado, capa lisa em HDF, acabamento em primer para pintura. Dimensões: Altura 2,10 - Largura 70,00.	5	UN	452,09	2.260,45





Prefeitura Municipal de Monte Siao
Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Siao/MG. CEP 37580-000
Telefone (35) 3465-4600 – email: nucleocompras@montesiao.mg.gov.br



46	TABUA 10 CM Tabua pinus 10cm, comprimento 1 metro.	40	MT	11,43	457,20
47	CIMENTO CP III cimento portland cp iii, composto de adição de escória de autoforno. uso geral; - concretos estruturais e convencionais (lajes, vigas, pilares e fundações); - argamassas (chapisco e revestimento); - concreto para pisos industriais e pavimentos; - fibrocimento (caixa d'água, telhas). características: - regularidade nas propriedades físico-químicas; - regularidade nas resistências. Saco de 50kg.	3370	SC	57,55	193.943,50
48	TIJOLO BAIANO 8 FUROS TIJOLO BAIANO 8 FUROS - 9x19x19	6000	UN	5,02	30.120,00
49	TELHA AMIANTO 244M X 110M telha fibrocimento, na cor cinza. medidas aprox: 110mx 244m.	100	UN	75,82	7.582,00
50	TELHA CUMEEIRA ONDULADA 5MM 2,44x1,10 TELHA CUMEEIRA ONDULADA 5MM 2,44X1,10	200	UN	75,82	15.164,00
51	REPARO PARA VALVULA HIDRA Reparo original para Válvula de Descarga hydra 4 modelo-87	192	UN	112,85	21.667,20
52	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 20MM Tubo PVC soldável para esgoto 20mm.	88	MT	8,18	719,84
53	TORNEIRA ELETRICA 4 TEMPERATURAS Torneira Elétrica 4 Temperaturas – Características Gerais do Produto: Compatível com DR: Sim; Compatível com Sistemas de Aquecimento: Sim; Dimensões aproximadas AxLxP (mm): 270x120x280; Disjuntor (A): 30A (220V); Fios (mm2): 4mm (220V); Material: Plástico; Cor: Branco; Potência: 5400W (220V); Garantia: 1 ano junto ao fabricante; Pressão de Funcionamento: 20 a 400kPa (2 a 40mca); Grau de Proteção: IP 24; Sistema de Aterramento: Sim; Tipo: Torneira Elétrica; Altura Bica: Alta; Torneiras - Local de Uso: Parede; Mobilidade Bica: Articulável; Móvel. Acompanha o produto: 1 Torneira Elétrica; 1 Redutor de Vazão; 1 Manual de Instalação.	1	UN	335,94	335,94
54	TINTA ESMALTE BRANCO 3,6L BASE AGUA tinta esmalte branco. embalagem de 3,6L. A base de água	344	UN	182,30	62.711,20
55	DESEMPENADEIRA - Desempenadeira lisa - Produzida em madeira Cedro e Cedrinho, proporcionando maior leveza e conforto - Ideal para a aplicação de massas - Comprimento: 200mm - Largura: 150mm	20	UN	30,53	610,60
56	ESCADA TIPO BANQUETA fabricada em alumínio, com perfis em fibra de vidro no formato “U”, topo (patamar) em polipropileno, sapata em borracha, não conduzem eletricidade e não enferrujam, com acesso unilateral. características: altura aproximada não inferior a 60cm, número de degraus: 3, carga máxima não inferior a 120kg, degraus com ranhuras e pés antiderrapantes.	8	UN	156,96	1.255,68
57	CALHA C-60 Calha C-60	110	MT	71,85	7.903,50
58	KIT REPARO ORIGINAL DO ACIONAMENTO Kit reparo original de acionamento para torneiras e valvulas, com fechamento de água automática.	2	KT	148,09	296,18

VALOR TOTAL: R\$ 792.876,89

Assinado por 2 pessoas: ANA CLAUDIA PENNACCHI TAVEIRA e ANDRÉ DE GODOY
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://flowdocs.sgpcloud.net:9177/public/assinaturas/38A1376E98C94223A72CCFA386E2543D>





1.2. O(s) serviço(s) objeto(s) desta contratação é(s) caracterizado(s) como específico(s), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.3. O prazo de vigência da contratação é até o final do exercício fiscal de 2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade devem se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de entrega do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Aquisição do Objeto

5.1. O objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Envio da autorização de fornecimento seguido fornecimento do produto, devendo ser prestados em parcelas ou em sua totalidade, a depender da descrição da requisição expedida pela Secretaria Contratante

5.2. Local e horário para entrega do Objeto:





a) Mediante descrição das AF's, os insumos deverão ser entregues no Almoxarifado Municipal, Rua do Fórum, Monte Siao-MG, CEP: 37580-000. Das 08:00hrs às 12:00hrs, e das 13:00 às 16:00.

b) Mediante descrição das AF's, os insumos deverão ser entregues no Pátio Municipal, Rua Geraldo Laurindo, S/N, bairro Alves, Monte Siao-MG, CEP: 37580-000. Das 08:00hrs às 12:00hrs, e das 13:00 às 16:00;

c) Mediante descrição das AF's, os insumos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde, Rua Padre Cornélio, n.º 271, bairro Jardim Bela Vista, Monte Siao-MG, CEP: 37580-000. Das 08:00hrs às 12:00hrs, e das 13:00 às 16:00.

d) Mediante descrição das AF's, os insumos deverão ser entregues na Secretaria de Educação, Rua Arthur Penacchi, n.º 120, bairro Parque Dona Antonieta, Monte Siao-MG, CEP: 37580-000. Das 08:00hrs às 12:00hrs, e das 13:00 às 16:00.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os participantes colocados em posições posteriores no procedimento qualificatório, dentro do processo licitatório, serão convocados, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para entrega do objeto, e, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução do contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá enviar preposto quando da entrega do objeto.





Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(s) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#));

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a entrega do objeto nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade na entrega do objeto.

6.16. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.17. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade na entrega do objeto em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.18. O fiscal técnico deverá realizar a avaliação quando da entrega provisória dos itens.

6.19. A conformidade do material deverá ser verificada juntamente com o documento





da Contratada que contenha a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

- a) **Marca;**
- b) **Qualidade;**
- c) **Forma de uso.**

6.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.21. Para efeito de recebimento dos itens, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o objeto entregue e, se for o caso, qualidade e conformidade do objeto de acordo com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.22. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.23. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.24. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

Gestor do Contrato

6.25. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.





6.26. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à entrega do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.27. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.28. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.29. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.30. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.31. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada por meio de relatório do fiscal do contrato definido pelo órgão.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Entregar o objeto em desconformidade com o previsto nos instrumentos convocatórios e contrato;
- b) Entrega intempestiva do objeto.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1 A entrega efetiva do objeto em conformidade com o previsto no termo de referência e contrato.





Do recebimento

7.4. Os itens serão recebidos pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da efetiva entrega do objeto a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. Para efeito de recebimento dos itens adquiridos:

7.7.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade na entrega dos itens adquiridos de acordo com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da entrega dos itens até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.10. Os itens entregues poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de





cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada em relação a possíveis vícios ocultos nos itens entregues.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação.

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.19. A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.20. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

7.21. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.





7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23.1. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME





DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de de REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade de PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo PREÇO MÉDIO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.9. **CNPJ** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.10. **Certidão Federal** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,





mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.11. **FGTS** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

8.12. **Certidão Trabalhista** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

8.13. **Inscrição Municipal e/ou Estadual** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14. **Certidão Municipal** - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. **Certidão Estadual** - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. **Certidão negativa de insolvência** civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de **MEI**, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

8.18. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.19. **Balanço Patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando:

8.19.1 **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG)** superiores a 1 (um), dos **2 (dois) últimos exercícios social**

8.20.1.1. A comprovação da boa situação financeira da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa





apresenta: “Índice de Liquidez Geral (*ILG*)”, “Índice de Solvência Geral (*ISG*)” e “Índice de Liquidez Corrente (*ILC*)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

a) Índice de Liquidez Corrente (*ILC*) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

b) Índice de Solvência Geral (*ISG*) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

c) Índice de Liquidez Geral (*ILG*) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AC + ALRP}{PC + PELP}$$

8.20.2.1. Onde, *AC*=Ativo Circulante, *PC*=Passivo Circulante, *ALRP*=Ativo Realizável a Longo Prazo, *PELP*= Passivo Exigível a Longo Prazo e *AT*=Ativo Total.

8.20.2.2. Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

8.20.2.3. As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;

8.20.2.4. Apenas os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar o Balanço Patrimonial, pela aplicação do disposto no 18-A c/c 68, ambos da Lei LC nº 123/06.

8.20.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.20.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.20.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.20.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.20.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um),





diferente de 0 (zero), em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.20.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Da Qualificação Técnica

8.21. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados (MINIMO DE 02 DOCUMENTOS), por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.22. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de 50 %, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.23. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.24. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Das Declarações

8.25. O licitante deverá juntar as seguintes declarações:

Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Cumprimos plenamente os requisitos de habilitação;

Inexiste fato impeditivo de nossa participação no citado certame; declaramos, ainda, ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no edital;

Não haverá prestação de serviço, na execução da Ata de Registro de Preços, de cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerce cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Município.





Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública qualquer esfera de governo;

Não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999; 7º da Constituição Federal;

Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Atendemos à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Não possui em seu quadro societário ou no seu quadro de pessoal servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.

Estar ciente e concorda que integrará o Cadastro de Reserva, no seu ultimo lance ou proposta inicial quando não houve lance, nos itens que não sagrar-se vencedor, conforme fase de lance descrito na Ata do certame.

Declaração de que o licitante cumpre a cota de menor aprendiz a que está obrigada (artigo. 429 e seguintes da CLT);

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EMPRESARIAL

1 - () É microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer os direitos previstos em leis no procedimento licitatório supracitado.

2 - () NÃO É microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e desta forma, declaro estar ciente de que não tenho o direito de usufruir dos direitos previstos em leis no procedimento licitatório supracitado.

As declarações deverão conter os dados da empresa e do responsável legal, data, local e serem devidamente assinadas pelo responsável.

8.25.1 As declarações deverão conter os dados da empresa e do responsável legal, data, local e serem devidamente assinadas pelo responsável.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 792.876,89 (setecentos e noventa e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e oitenta e nove centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





Prefeitura Municipal de Monte Siao

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Siao/MG. CEP 37580-000
Telefone (35) 3465-4600 – email: nucleocompras@montesiao.mg.gov.br



10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Obras

- **Programa:** 0016 – Desenvolvimento para o Progresso;
- **Ação:** 2372 – Manutenção de Prédios, Vias e Pontes Urbanas;
- **Ficha:** 172 – Material de Consumo;
- **Saldo:** R\$ 166,56.

Saúde

- **Programa:** 0007 – Saúde Prevenida População Saudável;
- **Ação:** 2018 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica;
- **Ficha:** 591 – Material de consumo;
- **Saldo:** R\$ 543.007,04.
- **Programa:** 0015 – Saúde para Todos;
- **Ação:** 2008 – Manutenção das Atividades – Média Complexidade;
- **Ficha:** 633 – Material de Consumo;
- **Saldo:** R\$ 543.007,04.

Educação

- **Programa:** 0018 – Gestão compartilhada;
- **Ação:** 2027– Gestão das Atividades Diretoria de Educação;
- **Ficha:** 308 – Material de Consumo;
- **Saldo:** R\$ 64.846,83.
- **Programa:** 0021 Despertando para o saber;
- **Ação:** 2013- Gestão das Atividades Ensino Fundamental- Manutenção do Ensino;
- **Ficha:** 318 – Material de Consumo;
- **Saldo:** R\$ 206.420,69.
- **Programa:** 0019- Cuidando, Brincando e Aprendendo- Creche;
- **Ação:** 2029- Manutenção das Atividades de Creches;
- **Ficha:** 346 – Material de Consumo;
- **Saldo:** R\$ 284.200,89.
- **Programa:** 0020 - Descobrimdo o Mundo – Pré-Escola;
- **Ação:** 2033- Gestão das Atividades da Pré-Escola;
- **Ficha:** 361 – Material de Consumo;
- **Saldo:** R\$ 98.808,77.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Monte Siao, 09 de julho de 2025.





PREFEITURA DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO, N 111 - CENTRO - CNPJ: 22.646.525/0001-31

MONTE SIÃO/MG - CEP 37580-000

FONE: (35) 3465 3053



CÓDIGO DE ACESSO

38A1376E98C94223A72CCFA386E2543D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: ANA CLAUDIA PENNACCHI TAVEIRA em 10/07/2025 15:14:37
CPF:***.***-786-25
Certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT
- ✓ Assinante: ANDRE DE GODOY em 10/07/2025 16:02:32
CPF:***.***-668-21
Certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://flowdocs.sgpcloud.net:9177/public/assinaturas/38A1376E98C94223A72CCFA386E2543D>